

Teses de Doutorado apresentadas e defendidas por Professores da Faculdade de Educação em outros Programas de Pós-Graduação

RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL: Uma radiografia à luz de Max Weber e Bourdieu

MAGALI DE CASTRO

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cláudio Prestes Motta
Instituição: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Data da defesa: 25/03/94

Como toda organização, a escola apresenta os aspectos informais, provenientes das relações entre os atores e os grupos, das exigências e pressões a que são submetidos e dos meios não formais criados pelos grupos para a execução das atividades. Nesse contexto desenrolam-se as relações de poder, às vezes inconscientes e subliminares, sob a forma do poder simbólico de Bourdieu; outras vezes claramente identificadas, como o poder formal e impessoal, como o poder legal, como uso da força ou como a influência social, política ou ideológica, abordados por Weber.

Simbólico ou claramente identificado, o poder nas instituições escolares é exercido e disputado por atores que vivem relações de poder, às vezes tranquilas e equilibradas e, outras vezes, conflituosas, sendo alguns conflitos mais facilmente negociáveis do que outros. Instância onde a circulação de capital econômico e social é restrita, e cuja exigência do capital cultural é menor do que em outros níveis e ambientes, a escola de séries iniciais do ensino fundamental de periferia é um lugar em que se travam lutas pelo poder e se estabelecem relações de poder, de forma clara e, às vezes, até mesmo impositiva.

O estudo em questão constitui uma radiografia dessas relações em duas escolas da periferia urbana de Belo Horizonte, a partir da proposta oficial de democratização das relações de poder nas escolas públicas de Minas Gerais, lançada em 1983.

Após a introdução, onde são definidos o objeto de estudo e o marco teórico, o trabalho se organiza em 5 capítulos:

- No primeiro são apontados os diferentes aspectos da metodologia;

- No segundo é analisado o marco histórico - "Proposta de Educação para a Mudança", lançada em Minas Gerais em 1983 - , indicando-se a posição dos atores e da escola, enquanto instituição, em relação a ele;

- No terceiro capítulo é abordada a análise do poder em Weber e em Bourdieu - sua manifestação, a questão da dominação e o poder na instituição escolar.

- O quarto capítulo aborda a configuração formal do poder nas escolas analisadas à luz do aporte teórico de Weber e Bourdieu, partindo da descrição da hierarquia formal do poder nos sistemas de ensino estadual e municipal de Belo Horizonte, para a análise da organização interna das escolas e de sua proposta formal de democratização das relações de poder. Também é apresentada a situação dos atores em relação ao aspecto profissional, à posse de capitais e às disposições em relação ao poder.

- O quinto capítulo apresenta, finalmente, a questão principal: as relações de poder nas escolas analisadas sob o foco teórico de Weber e Bourdieu. São analisadas:

A) As relações do dia-a-dia, em que o poder formal e impessoal da burocracia serve de suporte para o exercício do poder simbólico;

B) As relações de determinados momentos, tais como os movimentos grevistas, as eleições de diretores e as decisões sobre a extensão de séries, quando o poder simbólico cede lugar ao poder explícito.

Concluimos, refletindo sobre algumas questões passíveis de utilização em outras análises do poder, em outros níveis e aspectos do sistema escolar:

- em relação à evolução histórica da proposta de gestão democrática nas instituições escolares públicas de Minas Gerais; à gestão democrática no interior das escolas e à autonomia. São apresentados os problemas, aspectos centrais e perspectivas das relações de poder, chegando-se à conclusão de que é necessário que as conquistas em educação sejam mais definitivas, deixando de desaparecer e reaparecer a cada nova gestão da política educacional do Estado.

- em relação ao quadro teórico, são apontados os diferentes aspectos das teorias de Weber e Bourdieu presentes nas escolas analisadas. Conclui-se pela importância da legitimidade do poder, que deve incorporar as aspirações e interesses dos atores envolvidos no processo. Poder esse que não deve ser utilizado por seus detentores para viabilização de seus projetos particulares e atendimento de seus próprios interesses, em nome da coletividade.